

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

A HISTÓRIA COMO PAIXÃO

Michel Zaidan Filho
Universidade Federal do Pernambuco

A minha matéria é o presente, os homens presentes, a vida presente. (Drummond)

História: ciência do real ou ciência do imaginário?

A História começou como crônica. Mas atingiu a sua maturidade científica como explicação da realidade social. As veleidades científicas da nossa disciplina são frutos da época moderna. Foi com o Iluminismo¹ que os historiadores alimentaram a ilusão do poder captar o sentido, a direção, as leis que determinariam o movimento da História. E nesse ponto, foram herdeiros de duas grandes influências culturais do século XIX: o positivismo e o evolucionismo. Do primeiro, retiraram o império da causalidade concebendo a História como disciplina monológica por excelência. Do segundo, a estreita analogia entre a marcha da natureza e da História, como se esta última fosse um simples prolongamento daquela.

Balizado por estas duas grandes influências, aparece o Materialismo Histórico (MH). *Realista, racionalista e progressista*. Isto significa dizer: um discurso sobre a História, concebido como expressão do ser social, profundamente convencido do poder da razão em captar o movimento da realidade (suas leis “naturais” e “independentes” da vontade humana) e da existência de uma racionalidade no mundo histórico, tendencialmente boa, libertadora, humanitária.

Ao lado de outras tendências historiográficas de base realista, o Materialismo Histórico se volta para uma explicação *do que é*, do ser social de cada época. Reconstrói as demais instâncias da realidade social como

1 Sérgio Paulo Rouanet, *As Razões do Iluminismo*, São Paulo, p. 173.

determinações subordinadas a uma essência primordial, a um fator único. O que faz as instituições políticas e culturais aparecerem como realidades de segunda ordem, fantasmagóricas, sobredeterminadas. Numa de suas versões mais divulgadas, a teoria marxiana passa por ser uma filosofia da História evolucionista, determinista, unifatorialista, cuja direção é pré-determinada. Seu autor, José Estaline.

Se a Modernidade cultural foi responsável pelo surgimento das grandes explicações da História, de base realista e racionalista, hoje é possível afirmar que a ênfase não se dirige tanto para *o que é*, como *para o que pode ser*. Enquanto o enfoque das teorias modernas da História ia para as condições de reprodução do ser social — entendida esta como a esfera essencial da realidade — as tendências “pós-modernas” visam sobretudo os sonhos, as fantasias, o imaginário da coletividade. Tal mudança tem a ver tanto com as crises do chamado socialismo real como com as formas de dominação do capital monopolista nas sociedades “pós-industriais”. A recuperação do sonho, nos paraísos concentracionários em que se tornaram as sociedades ocidentais, é um alerta para a importância do elemento crítico-utópico desaparecido dos nossos projetos (científicos?) de transformação social. E, também, para o lembrete de que as nossas concepções mais “científicas” de sociedade comportam sempre, necessariamente, uma boa dose de indeterminação histórico-social. Dessa forma, caberia ao historiador “psicanalisar” as imagens do desejo produzidas pelo imaginário social. Tais imagens poderiam revelar as virtualidades sócio-humanas inibidas pelo desenvolvimento histórico efetivo. E antecipar (ou reatualizar) formas de sociabilidade mais fraternas, mais justas. A reiteração do foco sobre a esfera de reprodução social só perpetuaria a memória da dominação social. Daí o caráter estratégico dessa nova historiografia mais preocupada com a transgressão (ainda que fictícia) da realidade. Nesse ponto, o discurso artístico aparece sem dúvida como a grande referência dessa modalidade de conhecimento histórico, exatamente por ser um discurso-limite.

Um conceito de Imaginário

Ao deslocar o foco do pensamento historiográfico do real para o imaginário, é necessário agora aclarar a noção aqui adotada de *Imaginário*. Com que acepção de Imaginário opera o novo historiador?

Em primeiro lugar, é preciso afastar do termo a idéia de ideologia, falsa consciência, mistificação da realidade. Ou seja, imaginário não é sinônimo de ideologia. Não há proporcionalidade entre o real e o imaginário e a verdade e a falsidade. Ou o “canto da sereia” da indústria cultural capitalista.

É necessário também retirar da expressão as implicações irracionistas que ela poderia conter. O imaginário não é o domínio da falta de sentido, do inexplicável, da desrazão. Terreno inacessível a toda forma de conhecimento, cujas raízes se estenderiam a um período imemorial de formação da espécie humana.

Na acepção aqui adotada, o imaginário expressa, ainda que de forma alegórica, o último reduto da consciência crítica da sociedade. É o repositório de seus sonhos, esperanças, projetos de alteridade social não concretizados historicamente — mas nem por isto menos válidos, importantes e realizáveis. Um domínio de pulsações próprias e quase sempre em flagrante oposição à realidade existente. Domínio que se expressaria preferencialmente através da arte e da cultura em geral, mas não de todo ausente do discurso historiográfico, sobretudo quando este pensa a História como o reino de possibilidades em aberto — passível de múltiplas leituras/realizações. O que está em jogo na presente acepção é a dimensão cognitiva, reveladora, literária da mímeses imaginária da sociedade. Dimensão sempre negada em favor de um discurso constatativo da realidade.

Mímeses e História

O nosso projeto de renovação do ensino da História está ligado a uma revisão do conceito de trabalho, no sentido de corrigir o seu empobrecimento teórico, ou seja, a sua definição como mera atividade voltada para a manipulação da natureza e de caráter sublimático (auto-repressivo). Com que intuito, recuperamos o papel da brincadeira e do brinquedo como forma de representação (alegórica) da realidade, mas de caráter eminentemente recreativo, transformador. Um tipo de atividade mimética não reflexa, reprodutora da realidade, mas antes criativa, subvertora do existente.

Com base nesta aproximação entre trabalho e brincadeira, entre atividade fabril e atividade lúdica, transformamos o ensino de História numa interferência deliberada, por parte dos alunos, na escritura do passado, interferência que passa por uma releitura do processo histórico, a partir das virtualidades (“ruínas alegóricas”) liberadas pela desconstrução prévia da historiografia consagrada a um determinado tema. Essa hermenêutica parte do suposto que a História — enquanto registro — é uma obra aberta, sempre possível de múltiplas leituras e interpretações. O trabalho crítico deve resvalar as “ruínas alegóricas” (índices de histórias possíveis) a partir das quais será feita a reescritura do passado. Essa seria o modelo de uma História caleidoscópica e de uma hermenêutica não totalizante aplicada ao conhecimento histórico.

A relação hermenêutica

O primeiro passo para a criação de uma hermenêutica aplicada aos Estudos Históricos é certamente considerar o texto histórico como um texto aberto, polissêmico, passível de múltiplas leituras/interpretações. Essa abertura de sentido não deve, portanto, ser considerada uma dimensão ontológica (do ser) da obra.

Tal abertura nos revela que cada obra é na verdade composta por inúmeras camadas de sentido sedimentadas pelo seu processo de transmissão (a historiografia) ou pela tradição. O que torna possível apropriações distintas do texto histórico por uma mesma geração ou por gerações diferentes. Neste ponto, nós podemos aproximar o texto de uma obra inacabada ou de uma escultura em estado bruto, onde cada leitor faz/extraí a sua conclusão.

Esse inacabamento essencial do texto histórico impõe naturalmente um outro tipo de leitura/interpretação da obra, que faça jus à multiplicidade de sentidos que ela possui. É aqui onde começa a relação hermenêutica propriamente dita. Se a obra histórica é um caleidoscópio de múltiplos sentidos, a leitura só pode ser encarada como um infinito processo de significação, sob pena de fazer uma apologia ao sentido apostro pelo processo de transmissão, que por melhor que seja será apenas um sentido entre vários. Para isto, a relação hermenêutica inicia o seu trabalho desconfiado do sentido aparente do texto, procurando considerá-lo (o texto) na sua estranheza e irredutibilidade ao presente do historiador, buscando decompô-lo em seus elementos imediatos, situando-o em sua historicidade específica. Esse momento da relação hermenêutica é o que se chama de “destruição” ou “desconstrução” do texto. A ele corresponde o que Benjamin designou como o “teor coisal” da obra.

Um segundo momento da interpretação é o caminho de volta, ou seja, a reconstrução do texto histórico. Revolvidas as camadas de sentido subjacentes na obra, ultrapassando o sentido aparente, lemos/relemos o texto, à luz das significações liberadas pela operação crítica. Releitura tanto mais rica quando realçar a multiplicidade e inesgotabilidade das significações. E na medida em que reconheça ser essa uma dimensão ontológica da obra. Essa é a face denominada por Benjamin de “teor de verdade” da obra.

A relação hermenêutica não é uma simples releitura da obra/texto. Ler, reler à luz das significações recuperadas pela destruição/reconstrução do texto, é acrescentar, mudar, reescrever o texto. Reescrita tanto mais válida quanto foi o esforço mais deliberado de transgredir o real — estabelecido pela tradição historiográfica. A essa reescritura, nós damos o nome de interferência. Assim como a abertura de sentido é uma dimensão

consubstancial obra, a interferência é consubstancial à leitura da obra. Um é a complementação necessária do outro.²

O Imaginário republicano ou variações em torno da *Casca da Serpente*

Em *A Casca da Serpente* J. J. Veiga³ nos conta o que teria acontecido após a destruição de Canudos, no sertão “baiano” no ano de 1897, após sofrer o quarto e último assalto das tropas Federais.

Nesse romance “delírio” J. J. Veiga imagina a não-morte e conseqüente fuga de Antônio Conselheiro. Um dos jagunços do arraial de Canudos tem a idéia de inventar a morte de Antônio Conselheiro para permitir a fuga do mesmo e de um grupo dos últimos canudenses que iriam protegendo “o bom Jesus”. Antônio Conselheiro e seus últimos discípulos conseguem fugir e o exército entra na cidade após vencer a última resistência do arraial: três homens, e um deles era ainda um menino; o corpo de Antônio Conselheiro que não era verdadeiro Antônio Conselheiro mas alguém muito parecido com ele, é encontrado, fotografado, e degolado... Sua cabeça, bem como suas idéias com o passar dos tempos, viajará o país; a resistência monárquica tinha chegado ao fim e a república e o exército eram os salvadores da pátria, eram os vitoriosos...

Mas a fuga do Antônio Conselheiro e um dos últimos remanescentes do arraial não foi sem destino. Eles iriam para a serra de Itatimundé fundar um outro arraial. Durante a viagem coisas estranhas começam a acontecer: Antônio Conselheiro já não liga mais para benças, rezas, e todos aqueles cerimoniais; o Antônio Conselheiro quer ouvir as pessoas, a opinião dos outros, discutir, conversar, quer decidir com os outros (não mais sozinho).

O novo arraial, a “nova canudos”, nome que não é do gosto de Antônio Conselheiro, é fundado. O trabalho, a vida cotidiana, poderia dizer-se que não eram muito diferentes da que se tinha na antiga canudos; o mesmo não poderia dizer-se quanto à maneira das pessoas se relacionarem, entre elas e com o próprio Antônio Conselheiro até o tratamento mudou, ele agora já não era mais chamado de “o bom Jesus Conselheiro”, simplesmente o chamavam de “tio chamado”... E o arraial foi crescendo, crescendo, crescendo, crescendo... Pessoas chegavam, engrossavam fileira, a “tribo” crescia: chegavam os dois irlandeses (Pião e Coteline), dona Chiquinha (compositora), Dr. Orvillee, Militão (fotógrafo renomado no Rio e em São Paulo) e Pedro (russo, ex-príncipe, anarquista)... E é justamente após a chegada de Pedro que vemos um

2 Wilhem Dilthey, “A Compreensão dos Outros e das suas Manifestações de Vida”, in Patrick Gardiner, org., *Teorias da História*, 3ª ed., Lisboa, 1984, pp. 269-70.

3 José J. Veiga, *A Casca da Serpente*, Rio de Janeiro, 1989, p. 155.

dos pontos altos da obra: a conversa travada entre Pedro e Antônio Conselheiro, conversa essa de toda uma madrugada, conversa essa que decide/sela, o futuro do arraial (que não mais se chamará “nova canudos”, e sim “Concorrência de Itatimundé”). Tratamos agora de resumir parte da conversa de Antônio Conselheiro com Pedro, assim como foi escutada, às escondidas (e ainda hoje não se sabe porque todo esse escondimento), e *contada* pelo menino Dasdor, agora não mais menino, quinze anos depois da destruição da “concorrência”. Dasdor, ao dar uma entrevista ao estudante de história Leugim Silva, da UFPE, que fazia um trabalho sobre sociedade alternativa, prestou as seguintes declarações:

Eu tava com muito sono naquela noite, mas o tihoso do calorão não me deixava dormir, me levantei, fui na cozinha prá beber água e ouvi vozes lá no quintal. Pensei em alma penada. Mas alma penada falando em tom de conversa? Não. Não era alma de outro mundo, e com certeza não era voz de mulher: mulher em grupo é que nem galinha, cacareja. Chegando mais perto foi que pude ouvir direito: era o seu Pedro e o Conselheiro que conversavam! O que será que eles conversavam, e tão seriamente, às duas horas da madrugada? De certo que não era sobre o calorão. Aproximei-me mais ainda, cheguei bem perto, bem pertinho, e procurei um lugar para me esconder. Foi aí que eu ouvi claramente sobre o que conversavam coisas esquisitas. Coisas como, se me lembro bem, democracia e poder popular, revolução e anarquia (!), autonomia (...) Chfii...! Tanta coisa, tanto palavreado difícil, que não dá nem prá lembrar direito (...) Mas como você está me pedindo, vou fazer o possível prá me lembrar do principal. Deixar ver... Onde é que eu tava mesmo? Ah! Lembrei! Assim que eu me instalo no meu esconderijo improvisado, um tonel d'água, passei a ouvir uma discussão sobre o poder da individualidade. Ouvi várias vezes essa mesma expressão: o poder da individualidade. E quem dizia era o Pedro, ele tentava mostrar ao conselheiro que o seu mais grave erro em Canudos foi o de ter anulado esse poder. E o Antônio Conselheiro balançava a cabeça como que concordando, como que ouvindo algo que já sabia que era certo, era como se ele já tivesse pensando a mesma coisa. O indivíduo, dizia Pedro, não existia em Canudos; o que existia era um governo fortemente centralizador, organizador e direcionador dos indivíduos. Era como se ele dissesse que o governo de Canudos fosse o pai; e os

filhos, os habitantes. Mas ele dizia que o governo em Canudos era um pai muito severo para com seus filhos, e os filhos muito submissos e mimados. E disse mais, disse que todo o governo era assim: severo e castrador para com seus cidadãos. Em determinados momentos da conversa eu ouvi perfeitamente bem que ele dizia o que eles deveriam fazer, que eles próprio poderiam fazê-lo. A essa altura seu conselheiro perguntava espantado... Pois até aquele momento ele achava, e eu também achava, que um governo deveria sempre existir; o governo era como se fosse um mal necessário, pois as pessoas precisam de um guia, de uma orientação pelo menos. Quando o tio acabou de falar ele olhou um pouco o conselheiro e disse: "Antônio Conselheiro, eu, Pedro, sou anarquista; acredito na ajuda mútua; 'acredito que a sociedade não passa de um fenômeno natural existente antes da aparição do homem que por sua vez e por sua natureza respeitaria as leis sem precisar de regulamentos artificiais, onde as pessoas se solidarizariam ajudando-se uma às outras'; eu acredito na ação, mas na ação sob o princípio da comunidade, desacreditando o Estado (seu governo e sua disciplina); para mim a solidariedade, a igualdade e a liberdade andam juntas, uma não pode existir sem a outra mas veja bem Antônio Conselheiro, eu não duvido de que a sociedade está dividida entre pobres e ricos, oprimidos e opressores; eu digo apenas que se esta divisão existe, é por culpa dos homens que criaram um monstro, o Estado, que é o próprio poder... E é contra ele que devemos lutar, é contra o poder, contra o poder que corrompe, que mata, fere, espolia, rouba, tira, divide injustamente, classifica, rotula, cala, domina... Defende uma sociedade onde cada indivíduo participe com seu trabalho e que cada um retire o que for de acordo com seus desejos, essa sociedade será uma sociedade comunista-anárquica; uma sociedade sem poder, sem Estado. É claro que para essa nova sociedade vingar vai ser preciso uma revolução, mas essa revolução não tem como fim a chegada do poder, muito pelo contrário, tem como fim a destruição do poder do Estado!" Foi aí que o Antônio Conselheiro perguntou como é que se faria tal revolução, pois o nordeste tinha gente boa honesta que sofria com a fome, e que ele garantia que estava pronta prá ajudar. O Pedro pensou um pouco, levantou a cabeça, e disse apenas uma única palavra: "discutindo!" A

palavra foi dita num tom tão forte, mas tão forte que o conselheiro tomou um susto; e repetindo baixinho a palavra várias vezes seguidas (“discutindo... discutindo... discutindo...”) indagou: Conversas? É com conversas que o senhor quer mudar o mundo? Dessa maneira nem Cristo Nosso Senhor conseguiu! O senhor deve estar louco! Pedro replicou: “Em primeiro lugar não sou senhor de ninguém, eu sou um anarquista, sou livre! Em segundo lugar, não existe nada mais transformador, nada mais revolucionador, do que uma discussão aberta, livre, sadia. O amigo Antônio já se esqueceu que Cristo foi morto apenas por ter conversado com o povo? Pois bem, façamos isso! Criaremos aqui mesmo no sertão uma comunidade livre que seja uma confluência de pessoas e de idéias, uma comunidade que discuta, converse, reflita consigo mesmo, e mais do que isso, com o Brasil inteiro, com o mundo todo! Criaremos uma sociedade nova que possa dar o exemplo, o exemplo de que é possível ser diferente; de que conversa, de que o diálogo existe, é conversando que se entende. A fraternidade existe, criaremos uma sociedade livre!” Nesse momento seu Pedro dá uma parada, de tanto falar, ele estava cansado e excitado ao mesmo tempo. Ele ia continuar falando mais quando o conselheiro disse: “O doutor geógrafo pode ter razão, e eu estou quase concordando com tudo que o senhor (desculpe, é força do hábito) disse mas ... e se falharmos? E se falharmos?! “Seu Pedro responde:” Bom conselheiro, se não houver frutos, valeu a beleza das flores, valeu a sombra das folhas. Se não houver folhas, valeu a intenção da semente... Depois dessa palavras de Pedro houve um profundo silêncio... Terminei dormindo, e quando acordei o dia já vinha amanhecendo, saí do tonel bem silenciosamente, e para surpresa minha eles já tinham ido embora... Bom, foi assim que eu escutei a conversa...

(O trecho grifado foi recebido, de um desconhecido, por Henfil quando este se encontrava num bar em Jundiá, São Paulo, no ano de 1982.)

Texto apresentado na Mesa Redonda Uma Nova História: Hermenêutica e Utopia, 21/7/1993.